

## UNILASALLE NA COMUNIDADE: MEMÓRIAS DE PROJETOS SOCIAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

Renaldo Vieira de Souza<sup>1</sup>

Maria de Lourdes Borges<sup>2</sup>

Fádua Ionara Andrade de Andrade<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda o tema da responsabilidade social universitária (RSU) e como a mesma se expressa por meio das práticas extensionistas. O objetivo deste artigo é o de evidenciar memórias de projetos sociais realizados pelo Tecnosocial da Universidade La Salle na comunidade e sua relação com a RSU. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso com técnica de coleta de dados de análise documental e análise qualitativa dos dados. Os resultados indicam que o Tecnosocial Unilasalle executou sete projetos de extensão, favorecendo 714 catadores e catadoras de materiais recicláveis, nos 15 anos de implementação por meio de assessoria à gestão, fortalecimento aos princípios da economia solidária e das cooperativas, oficinas de psicoeducação e fortalecimento grupal. A análise da trajetória de implementação destes projetos sociais evidencia a presença da RSU na Universidade La Salle por meio de intervenções sociais que contribuíram efetivamente na solução de problemas concretos da sociedade, diferenciando-os de projetos assistencialistas, coerente com a filosofia lasallista.

435

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social. Responsabilidade Social Universitária. Extensão Universitária. Comunidade.

### 1 INTRODUÇÃO

As universidades possuem um papel fundamental na sociedade, uma vez que, para além da formação de profissionais, também têm responsabilidade com a

---

<sup>1</sup> Universidade La Salle, Canoas/RS, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2282-7394>. E-mail: [renaldo.souza@unilasalle.edu.br](mailto:renaldo.souza@unilasalle.edu.br).

<sup>2</sup> Universidade La Salle, Canoas/RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1277-5773>. E-mail: [maria.borges@unilasalle.edu.br](mailto:maria.borges@unilasalle.edu.br)

<sup>3</sup> Universidade La Salle, Canoas/RS, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3141-6282>. E-mail: [fadua.andrade@unilasalle.edu.br](mailto:fadua.andrade@unilasalle.edu.br)



comunidade em que está inserida (BERTO, 2011). Especialmente diante do aumento da pobreza e das desigualdades sociais, a sociedade espera que as universidades ajam em prol da promoção social dentro de princípios éticos (VALLAEYS, 2014). Surge então o conceito de Responsabilidade Social Universitária (RSU), a qual deve ser aplicada como uma política de gestão embasada no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a extensão universitária emerge como um dos processos basilares na relação entre universidade e sociedade. Assim, os projetos de extensão, sob a perspectiva social, vinculam a universidade e a comunidade em uma via de mão dupla em termos de aprendizado, em que não somente a comunidade aprende, mas também a universidade.

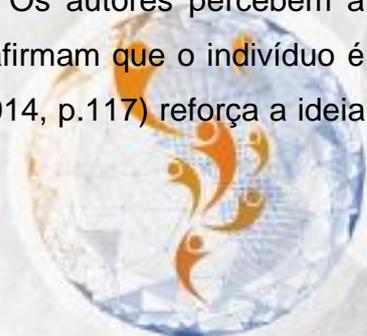
O Tecnosocial da Universidade La Salle resultou do envolvimento desta Instituição de Ensino Superior (IES) com o desenvolvimento dos catadores e catadoras de materiais recicláveis no seu entorno, iniciando informalmente em 2003 e ainda com projetos ativos. Diante disso, o objetivo deste artigo é o de evidenciar memórias de projetos sociais realizados pelo Tecnosocial da Universidade La Salle na comunidade e sua relação com a responsabilidade social universitária (RSU). Para isso, inicialmente discute-se as origens e o conceito de responsabilidade social, em seguida apresenta-se a relação entre responsabilidade social universitária e o desenvolvimento do tema, sendo seguido de uma apresentação sobre extensão universitária. Depois, a metodologia do artigo é apresentada, seguida dos resultados e das análises, finalizando-se com as considerações finais.

436

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Responsabilidade Social**

Pode-se entender a responsabilidade social (RS) como a consciência coletiva relativa à convivência responsável em sociedade. Ela provém da responsabilidade pessoal, que, segundo Gouveia et al (2000), tem a ver com o fato de o ser humano viver em sociedade, e, dessa forma, deve respeitar normas e compartilhar direitos e deveres com seus pares em nome da boa convivência. Os autores percebem a responsabilidade como algo intrínseco ao ser humano e afirmam que o indivíduo é cobrado por sua conduta em relação aos outros. Morin (2014, p.117) reforça a ideia



ao afirmar que “responsabilidade é noção humanista ética, que só tem sentido para o sujeito consciente”, ou seja, uma característica própria do ser humano, mas que depende do reconhecimento que parte de cada um para que seja verdadeiro. A responsabilidade só existe se, responsável, a pessoa se reconhecer. Assim, quando a responsabilidade para com os demais é um sentimento desenvolvido em grupo, tem-se a responsabilidade social (GOUVEIA et al, 2000).

Já que a RS é algo percebido como necessário e, de certa forma, ser um valor humano, o conceito passou a se consolidar na primeira metade do século XX, também no meio empresarial. Para Vallaeys (2014), isso se deu muito em razão dos efeitos colaterais produzidos pelas empresas, em especial pela atividade industrial, o que exigiu das empresas uma postura comprometida à mitigação e redução dos danos. Consta que o termo “responsabilidade social” passou maior associação às empresas mercantis após ser utilizado por Howard Bowen (1953), no livro intitulado *Social responsibilities of the businessman*. Em sua obra, o autor afirma que os homens de negócios em suas atividades acabam por influenciar as demais pessoas e seu entorno. Logo, cabe a eles a preocupação em manter iniciativas que constituam sua responsabilidade social. Já Silva (2014) acredita que os debates em torno da responsabilidade social das empresas se dão desde o início da era moderna, sendo à época, relacionados à necessidade de redução da pobreza. Entretanto, a autora reconhece que o recrudescimento do tema se deu entre 1960 e 1970, nos EUA, dessa vez também, associados a movimentos ambientalistas e à defesa dos direitos do consumidor. Em 2010, após cinco anos de discussão, a responsabilidade social recebeu uma definição formal pela Norma ISO 26000<sup>4</sup>, conforme segue:

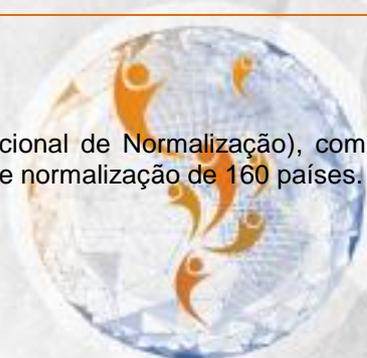
437

---

A responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas.

---

<sup>4</sup> *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização), com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1946 e associa organismos de normalização de 160 países.



Dessa forma, passa a ser parte da realidade das empresas a necessidade de assumir uma postura de responsabilidade social empresarial (RSE), que é expressa por meio de ações que afetam positivamente, de maneira regional ou global, a sociedade (PINTO, 2013).

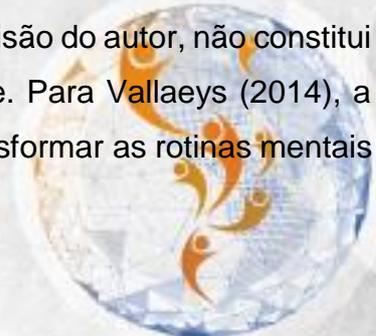
Cabe destacar que não se pode confundir RSE com atos de caridade ou assistencialismo. Conforme Schwartzman (2005) e Pinto (2013), a realização de ações pontuais como campanhas de arrecadação, o descompasso entre o discurso e ação social ou, ainda, não propiciar um ambiente saudável para seus colaboradores, não caracterizam uma postura socialmente responsável das empresas. Pinto (2013) acredita que responsabilidade social significa enxergar além do negócio, concentrando esforços que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, por uma vida mais justa, digna e de qualidade.

Dessa forma, é possível notar um maior envolvimento das organizações em relação ao tema da responsabilidade social, apresentando-se como um avanço da consciência em relação aos efeitos das ações desenvolvidas no entorno social e no ambiente. Esta preocupação envolve de forma especial as universidades, que passam a ter em suas agendas a responsabilidade social universitária, conceito que será abordado no próximo item.

438

## **2.2 Responsabilidade Social Universitária**

Conforme percebe Silva (2014), a RS se inicia, entre as organizações, no campo empresarial e se amplia para as demais, envolvendo entes da administração pública, privada, com ou sem fins lucrativos - incluindo, portanto, as universidades. Segundo a autora, no final do século XX, a discussão sobre a Responsabilidade Social Universitária (RSU) ganha espaço e passa a transversalizar os principais eixos do meio acadêmico: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Logo, a RSU identifica a origem e as características das práticas de responsabilidade social realizadas no campo da educação superior, pois é necessário distingui-la da RSE: de acordo com Vallaey (2014) a definição de responsabilidade social da norma ISO 26000 é limitada para o contexto das universidades, ao passo que implica responsabilidade somente aos impactos diretos gerados pela organização, o que, na visão do autor, não constitui contribuição efetiva para o desenvolvimento da sociedade. Para Vallaey (2014), a RSU tem que ir além dessa definição, sendo capaz de transformar as rotinas mentais



de professores e professoras, alunos e alunas e corpo técnico-administrativo; ou seja, constituir-se em uma política de gestão partir da tríade de ensino, pesquisa e extensão, endossada pela alta administração. Dessa forma, a RSU exige uma "coerência institucional permanente en todos los procesos organizacionales"<sup>5</sup> (VALLAEYS, 2014, p. 110), alinhando o discurso à prática.

Dentre a legislação educacional do Brasil, é possível identificar tópicos que endossam a RSU como prática necessária às instituições, a começar pela Constituição Federal de 1988 (CF) que se refere à educação como um dos direitos sociais garantidos constitucionalmente. Já o art. 205 da Carta Magna, o primeiro do Capítulo III, dedicado à educação, cultura e desporto, vaticina: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL, 1988).

Também tem-se a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), onde encontram-se as premissas relativas à educação superior, nos incisos II e VI do art. 43º, que trata das finalidades da educação superior, a seguir transcritos:

---

Art. 43º. A educação superior tem por finalidade:

.....  
II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a **participação no desenvolvimento da sociedade brasileira**, e colaborar na sua formação contínua.

.....  
VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, **prestar serviços especializados à comunidade** e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. (BRASIL, 1996. Grifos nossos).

---

Portanto, nota-se que entre as expectativas legais da formação universitária, encontram-se aquelas relacionadas à prática social e a participação no desenvolvimento da sociedade. Além das considerações da CF e da LDB, as instituições de ensino superior (IES) são avaliadas sob critérios específicos, estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que possui tópico específico sobre responsabilidade social. O SINAES, criado pela

---

<sup>5</sup> Uma coerência institucional permanente em todos os processos organizacionais. (Tradução nossa).



Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e que é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Atualmente, a avaliação da educação superior dá-se conforme portaria MEC nº 40/2007 a partir da orientação do SINAES. A RSU é um dos aspectos avaliados pelo SINAES, constante nas dimensões avaliativas a partir de 2004. Sobre isso, Calderón, Pedro e Vargas (2011 p. 1187) afirmam que “com o SINAES [...] o que era mera tendência do mercado de Educação Superior [...] agora assume o caráter de obrigação institucional diante da normativa estatal”.

A responsabilidade social, antes implícita na legislação da avaliação do ES, passa a ser uma das dimensões que constituem o SINAES, além de estar presente desde seus objetivos e, vinculada diretamente à qualidade do ES, como observa Peixoto (2014). Conforme redação dada pelo art. 1º, parágrafo 1º, da Lei do SINAES:

---

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e **responsabilidades sociais** das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, grifos nossos).

---

440

Segundo Barros e Freire (2011, p. 900), “a dimensão III do SINAES com foco na responsabilidade social é fundamental para a IES, por promover e estimular a participação, o compromisso e o retorno do conhecimento”. A RSU, ou seja, a responsabilidade social no âmbito das IES é descrita pelo SINAES a partir do texto do inciso III, do artigo 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a seguir descrita:

---

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural (BRASIL, 2004).

---

Nota-se que a descrição sobre RSU do SINAES é abrangente, inserindo questões sociais, ambientais e referentes à cultura e à memória. Mas, ao mesmo



tempo em que se estende a diversos assuntos, a definição não é acompanhada por instruções no que diz respeito à prática e a gestão da RSU pelas IES.

Calderón, Pedro e Vargas (2011) ao realizarem pesquisa bibliográfica sobre a temática, identificam que a RSU na realidade brasileira pode ser compreendida a partir de seis abordagens, a saber: a) tradição da universidade: quando há ações e iniciativas de RSU consolidadas nas atividades da instituição; b) tendência de mercado: quando a RSU surge para responder às expectativas de mercado e não necessariamente à vocação da IES; c) normatização estatal: característica ligada essencialmente às normativas estabelecidas pelo SINAES; d) estratégia de gestão das organizações: quando a RSU faz parte de um conjunto de instrumentos de gestão estratégica; e) valores para o desenvolvimento humano: quando a RSU se dá com vistas ao desenvolvimento humano, a, com destaque para a formação humana integral, impactando, inclusive, as matrizes curriculares e projetos pedagógicos; e f) a abordagem a partir dos projetos sociais e práticas de extensão: quando a RSU surge por meio de projetos de intervenção social que contribuam efetivamente na solução de problemas concretos da sociedade, natureza essa que necessariamente diferencia tais projetos de ações assistencialistas.

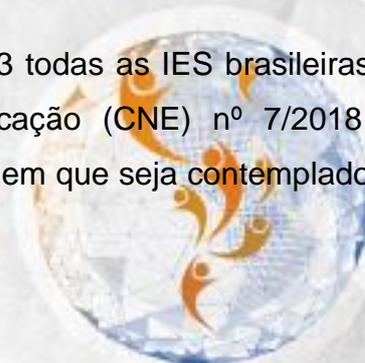
441

No presente estudo, a abordagem de RSU a ser considerada é a última citada, que se refere às práticas extensionistas. Dessa forma, no tópico a seguir, esses conceitos serão abordados.

### **2.3 Extensão Universitária**

A extensão universitária tem por objeto "promover a formação continuada, a qualificação dos membros da comunidade acadêmica e da comunidade local, regional, nacional e internacional por meio da oferta de programas, projetos, atividades e serviços" (UNILASALLE, 2016, p. 24). Na Universidade La Salle a extensão apresenta dois enfoques, sendo um acadêmico e outro comunitário. O enfoque acadêmico prevê ações práticas que são intermediadas pelo conhecimento, enquanto o comunitário encontra-se nos projetos que primam pela participação social (UNILASALLE, 2014).

O Ministério de Educação (MEC) exige que até 2023 todas as IES brasileiras atendam a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 7/2018, obrigando a inserção de 10% da carga horária dos cursos em que seja contemplado



o desenvolvimento de projetos efetivos de retorno à comunidade. Neste sentido, 2022 é o último ano que as IES têm para implementar a Curricularização da Extensão. A Curricularização da Extensão consiste em incluir 10% de créditos em participação em projetos de extensão e em programas de extensão na matriz curricular, porém deve ser vista como maior do que a inclusão de ações de extensão no histórico escolar, mas sim como uma maneira inovadora de compreender os componentes curriculares, de forma a constituir-se de um ensino vivenciado conforme as demandas da comunidade e a práxis dos envolvidos (PEREIRA; VITORINI, 2019).

O desafio é relativamente complexo, tendo em vista a exigência de criação de modelos de ensino adequados às demandas das comunidades, sobretudo a necessidade de comprovar, com registros e evidências, o cumprimento da lei. Conforme Imperatore e Pedde (2015, p. 8):

---

Para além de novos arranjos didático-metodológicos, a discussão [da extensão universitária] é epistemológica, com vistas à construção de projetos sistêmicos, coesos e coerentes que deem conta das novas linguagens, imagens, lógicas, conceitos, experiências intersubjetivas, habilidades e competências cognitivas – convergência dos saberes necessária à institucionalização de uma nova mentalidade pedagógica, necessária ao atendimento das exigências da sociedade.

---

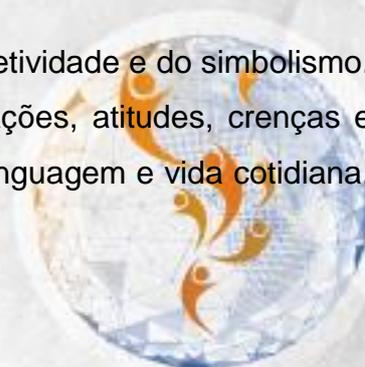
442

Sendo assim, torna-se imprescindível que as ações dos projetos de extensão contemplem uma perspectiva crítica em prol dessa nova mentalidade pedagógica, transcendendo os limites da comunidade acadêmica em prol da qualidade da sua ação junto à sociedade e ao desenvolvimento regional.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo é de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com coleta de dados por meio de análise documental. A pesquisa qualitativa se caracteriza a partir de sua possibilidade de revelação de fenômenos de dentro para fora, ou seja, a partir do ponto de vista das pessoas que dele participam. (FLICK; KARDORFF; STEINKE, 2004).

A abordagem qualitativa se afirma no campo da subjetividade e do simbolismo. No nível mais profundo dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores é que a abordagem qualitativa se expressa pela linguagem e vida cotidiana.



Por trabalhar nesse nível de intensidade é que ela pode ser empregada na compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis, devido ao seu grau de complexidade interna (MINAYO; SANCHES, 1993).

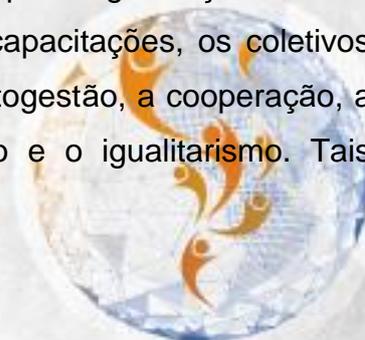
Já o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que permite investigar, a partir das ações de uma unidade social (seja um indivíduo, grupo social, empresas ou qualquer outra organização), buscando entender em profundidade, o fenômeno investigado, principalmente para responder questões do tipo “como” e “por que” (YIN, 2005). Para esse estudo, serão analisadas as iniciativas de RSU do Tecnosocial Unilasalle.

Quanto ao procedimento técnico utilizado, o estudo se apresenta como uma pesquisa com análise documental, técnica que consiste na obtenção de dados a partir de documentos já existentes e que não necessariamente sejam livros ou artigos científicos. A pesquisa documental pressupõe o acesso e análise de documentos como atas, relatórios, fotos, prospectos, entre outros registros que não tiveram origem na própria pesquisa, ou seja, são fontes secundárias de dados. Para a pesquisa em questão, serão analisados os seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), documentos orientadores das políticas e ações da Universidade La Salle (2020-2025), bem como dados da trajetória do Tecnosocial Unilasalle. A análise foi realizada por meio de uma análise qualitativa dos dados, tal como apresentado por Minayo (2012), a partir de uma interpretação de segunda ordem quando o material empírico sistematizado recebe uma nova leitura a partir da teorização, o que é apresentado na seção resultados e discussão deste artigo.

443

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Tecnosocial Unilasalle teve seu início informal ainda em 2003 por meio do apoio da Unilasalle para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que queriam se desenvolver por meio dos preceitos da economia solidária. A economia solidária foi iniciada como resultado de uma crise econômica e social ocorrida no Brasil por volta de 1980 e 1990, caracterizada pela organização coletiva de pessoas em situação de desemprego. Por meio de capacitações, os coletivos aplicavam os princípios da economia solidária como a autogestão, a cooperação, a participação, a democracia, o desenvolvimento humano e o igualitarismo. Tais



preceitos formam as bases para os empreendimentos econômicos solidários, os quais podem ser: grupos informais, associações, cooperativas, empresas recuperadas, entre outros (GAIGER, 2014). Sendo assim, a economia solidária pode ser compreendida como:

---

uma prática social que possibilita a geração de trabalho e renda de seus cooperados [ou associados], de forma igualitária e ética, sendo que os trabalhadores detêm a posse dos meios de produção e conduzem o seu trabalho na perspectiva da autogestão. Muitas são as iniciativas de economia solidária, sendo que na sua grande maioria, demanda de parcerias externas para a condução do seu trabalho, como é o caso das incubadoras universitárias de economia solidária (BORGES; SOUZA; SCHOLZ, 2019, p. 10).

---

A Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários Unilasalle, subdivisão do Tecnosocial, iniciou em 2007 quando da classificação do projeto "Incubadora de Empreendimentos Solidários Unilasalle", daí sendo seu nome derivado. Ela simboliza o princípio de uma série de importantes projetos que a Unilasalle se responsabilizou perante órgãos de fomento governamentais, concluindo-os com êxito e envolvendo a comunidade, com foco especial sobre catadores e catadoras de materiais recicláveis. O público-alvo, constituído de catadores e catadoras de materiais recicláveis, encontra-se em situação de vulnerabilidade social e econômica.

444

Quadro 1 – Síntese dos projetos sociais implementados pelo Tecnosocial Unilasalle

Projeto	Período	Duração	Pessoas Favorecidas	Fomento	Estudantes envolvidos	Valores envolvidos
1) Incubadora de Empreendimentos Solidários Unilasalle	2007-2013	72 meses	47 pessoas	FINEP	32	R\$ 400.000,00
2) Projeto Espanha - Projeto Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Local em Canoas e Região	2010-2012	24 meses	200 pessoas + comunidade	FUNDACIÓN LA SALLE / REGIÓN DE MURCIA	47	R\$ 1.200.000,00
3) Projeto Sujeitos em Ação	2012-2014	24 meses	70 pessoas	CAIXA	47	R\$ 119.000,00
4) Projeto Catasol	2012-2015	36 meses	130 pessoas	SENAES / MIN. DO TRABALHO	73	R\$ 747.000,00



5) <i>Incubação de Cooperativas</i>	2015- 2017	36 meses	120 pessoas	CNPq	14	R\$ 120.000,00
6) <i>Etnometodologia na Incubação de Cooperativas</i>	2017-2019	24 meses	115 pessoas	CNPq	11	R\$ 92.000,00
7) <i>Memórias da Incubação Unilasalle</i>	2018-2022	36 meses	32 pessoas	FAPERGS	05	R\$ 15.000,00
<b>Total</b>	<b>15 anos</b>	<b>252 meses</b> de trabalho	<b>714 pessoas</b> diretamente favorecidas	<b>6 fontes de</b> fomento externo	<b>229</b> Estudantes diretamente envolvidos com os catadores/as	<b>R\$ 2.693.000,00</b> captados e auditados, utilizados nos projetos

Fonte: UNILASALLE, Documentos do Tecnosocial.

445 Ao analisar a trajetória do Tecnosocial, observa-se que foram desenvolvidos sete projetos de extensão tendo como público alvo catadores e catadoras de materiais recicláveis. Esta população é caracterizada por exclusão social e invisibilidade (MOURA; DIAS; JUNQUEIRA, 2018), além de viverem em comunidades economicamente carentes e na periferia. Eles vivem da coleta, separação e triagem, enfardamento e venda de diversos produtos pós-consumo, o que resta do consumo como plásticos, garrafas pets e de vidro, papéis, isopor entre outros, na grande maioria sujos.

Os sete projetos de extensão implementados, favoreceram 714 pessoas nos 15 anos de implementação. Foram projetos que trabalharam assessoria à gestão, fortalecimento aos princípios da economia solidária e das cooperativas, oficinas de psicoeducação, fortalecimento grupal, entre outras. O *modus operandi* desses projetos envolve trabalhos e oficinas *in loco*, em diversas cooperativas de reciclagem e associações, lixões, ruas, enfim onde os/as catadores e catadoras se encontram. Trabalham técnicos da Unilasalle, professores e professoras e também os alunos e alunas envolvidos em cada projeto. Encontram ambientes que proporcionam ricas experiências em termos de conhecer e intervir em duras realidades e histórias de vida, podendo aplicar conhecimentos de todos os cursos.

Diante destas evidências, concorda-se com Schwartzman (2005) e Pinto (2013) que a realização de ações pontuais não configura a responsabilidade social. Além disso, por meio da *práxis* dos envolvidos, contemplando comunidade e equipe do Tecnosocial, o ensino ocorreu na prática, na vivência dos alunos e alunas segundo as demandas da comunidade nestes projetos de extensão (PEREIRA; VITORINI, 2019). Os futuros profissionais, que passaram por estes projetos, tiveram a



oportunidade de prestar serviços especializados à comunidade e indiretamente à sociedade brasileira, como recomendado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Ademais, no contexto dos projetos de extensão em tela, saíram transformados não somente os catadores e catadoras, mas também alunos e alunas, professores e professoras e técnicos e técnicas do Tecnosocial, sendo implementadas verdadeiras políticas de gestão amparadas na tríade ensino, pesquisa e extensão, com apoio da administração e com fomento governamental (VALLAEYS, 2014).

Outro aspecto suscitado pelos projetos de extensão analisados, é que eles fizeram emergir com mais força a RSU na IES, uma vez que eles se caracterizaram como projetos de intervenção social que contribuíram efetivamente na solução de problemas concretos da sociedade, nomeadamente o problema do excesso de 'lixo' resultante do consumo e o problema de vulnerabilidade social do público alvo, natureza essa que necessariamente diferencia tais projetos de ações assistencialistas (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

Os sete projetos de extensão apresentados, demonstram também a presença de uma coerência institucional permanente por parte da Universidade La Salle, elemento essencial para a RSU, tal como preconizado por Vallaeys (2014). Essa coerência institucional não surge ao acaso e nem é produto da boa vontade da reitoria, mas sim fruto de mais de 300 anos da filosofia lasallista cristã, conforme a tradição da universidade, configurando-se em ações de RSU consolidadas nas atividades da IES (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

446

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste artigo foi o de evidenciar memórias de projetos sociais realizados pelo Tecnosocial da Universidade La Salle na comunidade e sua relação com a RSU. Foram apresentadas as memórias de sete projetos de extensão implementados junto a catadores de materiais recicláveis que favoreceram 714 pessoas em 15 anos de implementação em cooperativas e associações.

Nestes projetos técnicos da Unilasalle, professores e professoras e também os alunos e alunas encontram ambientes que proporcionam ricas experiências em termos de conhecer e intervir em duras realidades e histórias de vida, podendo aplicar conhecimentos de todos os cursos. O ensino ocorreu na prática, na vivência dos alunos e alunas segundo as demandas da comunidade nestes projetos de extensão.



Os resultados das análises indicam que foram implementadas verdadeiras políticas de gestão amparadas na tríade ensino, pesquisa e extensão, onde alunos e alunas, professores e professoras e técnicos e técnicas saíram transformados juntamente com o público trabalhado. Sendo assim, as memórias dos projetos sociais analisados evidenciam a presença da RSU na Universidade La Salle por meio de intervenções sociais que contribuíram efetivamente na solução de problemas concretos da sociedade, diferenciando-os de projetos assistencialistas, devido ao longo tempo de intervenção (15 anos), bem como ao aprofundamento da aliança e da confiança da IES com a comunidade, coerente com a filosofia lasallista.

Finalmente, as evidências indicam importantes resultados destes projetos sociais protagonizados pelo Tecnosocial Unilasalle e o impacto transformador que ele tem gerado, levando em consideração a contribuição da universidade e demais entes envolvidos. Acredita-se na importância de desenvolver a comunidade, em suas diferentes esferas, a partir do envolvimento e engajamento das pessoas que vislumbram a auto independência social, ambiental e econômica, bem como o desenvolvimento do entorno onde estão inseridas.

447

## REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia; FERREIRA, Roberto; REIS, Helvécio. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Oportunidades para a responsabilidade social na gestão estratégica de instituições de ensino superior. **Revistas Gerenciais**, v. 5, p. 23-35, 2006.

BERTO, Angela Barros Fonseca. Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. **Perspectiva online: Humanas e Sociais Aplicadas**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 2, p. 23-31, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. Brasília: Inep, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**.

BRASIL. Governo Federal. Conselho Nacional de Educação. Brasília: 2018 - Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.



CALDERÓN, Adolfo Ignacio. GOMES, Cleber Fernandes. BORGES, Regilson Maciel. Responsabilidade social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v.21, n.66, p. 653-674.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, v.24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006. Edição Especial.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PEDRO, Rodrigo Fornalski e VARGAS, Maria Caroline. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da

FLICK, Uwe. KARDORFF, Ernest von. STEINKE, Ines. **A Companion to Qualitative Research**. London: Sage, 2004.

GOUVEIA, Valdiney Veloso. VASCONCELOS, Tatiana Cristina. QUEIROGA, Fabiana. FRANÇA, Maria Luiza Pontes de. OLIVEIRA, Suenny Fonseca de. A dimensão social da responsabilidade pessoal. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. 2, p. 123-131, 2003.

IMPERATORE, Simone L B; PEDDE, Valdir. **Curricularização da Extensão Universitária no Brasil: Questões Estruturais e Conjunturais de uma Política Pública**. In: XIII Congreso Latinoamericano D Extensión Universitaria, 2015, La Habana. XIII Congreso Latinoamericano D Extensión Universitaria. HABANA, 2015. v. 1.

448

MINAYO, Maria Cecília de Souza. SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 08 ago. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2012, v. 17, n. 3, p. 621-626.

MORIN, Edgar. **A via**. Para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MOURA, L. R.; DIAS, S. L. F. G.; JUNQUEIRA, L. A. P. Um olhar sobre a saúde do catador de material reciclável: uma proposta de quadro analítico. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 21. p.1-20, nov. 2018.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A. da S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2019.



SILVA, Inês Amaro da. **Educação socialmente responsável**: expressões no ensino de graduação em universidade comunitária. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica.

UNESCO em foco. **Interface** (Botucatu) [online]. 2011, vol.15, n.39, pp. 1185-1198. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v15n39/a17v15n39.pdf>. Acesso em 17 out. 2015.

UNILASALLE. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020. 2016

VALLAEYS, François. La responsabilidad social universitaria: un nuevo modelo contra la mercantilización. **Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)**. México, vol. V, num. 12, p. 105-117. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

Agradecimento: Fapergs, CNPq.

